

O SENTIDO ILATIVO

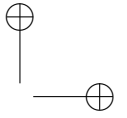
(in: *Ensaio a Favor de uma Gramática do Assentimento*)



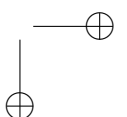
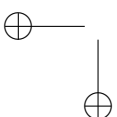
John Henry Newman

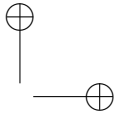
Tradução e Introdução:
Artur Morão

www.lusosofia.net



Texto publicado *in* John Henry NEWMAN,
Ensaio a Favor de uma Gramática do Assentimento,
Assírio & Alvim (colecção “Teofanias”),
Lisboa, Novembro de 2005,
(capítulo 9, na íntegra, pp. 339–375)
e aqui publicado pela LUSOSOFIA.NET
com a benévola autorização do Editor,
Manuel Rosa





LUSO Sofia:press

Covilhã, 2008

FICHA TÉCNICA

Título: *O Sentido Ilativo (in: Ensaio a Favor de uma Gramática do Assentimento)*

Autor: John Henry Newman

Tradutor: Artur Morão

Colecção: Textos Clássicos de Filosofia

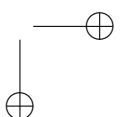
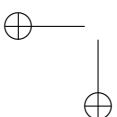
Direcção da Colecção: José M. S. Rosa & Artur Morão

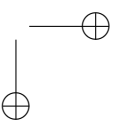
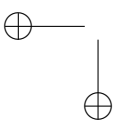
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. S. Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2008



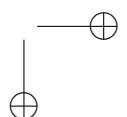
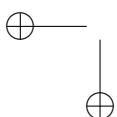




Apresentação

John Henry Newman (1801-1890), em rigor, dispensa apresentações. É um nome maior da cultura inglesa, teólogo-filósofo, poeta (em muitas horas), orador de verbo claro e profundo, polemista honestíssimo e da mais pura fibra e um mestre do idioma de Shakespeare. Sempre que necessário, fez de filósofo e revelou um excepcional poder de análise, além de ter iluminado como poucos o enigma da consciência, sobretudo moral. Em pleno século da burguesia, das revoluções sociais e da radicalização do ateísmo militante, com o seu intuito de total imanentização do mundo, da história e da cultura, na sua polémica com as correntes do positivismo, do cepticismo empirista da tradição inglesa e do materialismo, enveredou, antes de M. Blondel, mas de um modo paralelo, por um caminho da intra-transcendência e ensaiou um verdadeiro ‘método da imanência’ na sua doutrina da consciência. Diga-se, de passagem, que nos dois pensadores (aliás, com afinidades entre si!) ressoa intensamente a temática agostiniana da domiciliação da verdade no homem interior, da *iudex ratio*, do mestre íntimo.

Para Newman, a consciência, no seu testemunho implícito, na sua capacidade de discernimento espiritual, é simultaneamente sentido moral, sentimento intelectual, sentido de admiração, de aprovação ou censura, sempre emocional. É, pois, o princípio criativo da religião. Devido ao torvelinho do eros intelectual e da inquietude ética, à busca de uma inatingível harmonia entre a *certitude* (certeza subjectiva) e a *certainty* (certeza objectiva), ela abre necessariamente para o fundo teologal da nossa mente. É conselheiro pessoal, peremptório, indiscutível, esquivo a respostas, ameaçador, definitivo; mas, com a vida, pode perder-se o seu sentido, a sua percepção, a convicção secreta nela ínsita de que, embora estando em nós e sendo fonte das nossas acções responsáveis, não somos verdadeiramente senhores de nós próprios. Contra o cientismo, que no século XIX avançava rompante e se firmava num racio-

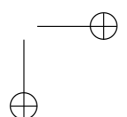
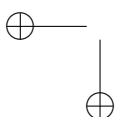




nalismo metodológico de cariz monista, asseverou Newman que “o homem *não* é um animal raciocinante, mas um animal que vê, sente, contempla e actua”. Pela desconsideração do jogo das faculdades, acentuando antes o seu conflito, pela ignorância da imbricação essencial do intelecto e da imaginação, o cientismo mostra que vive de uma generalidade espectral e não da atenção ao particular, consagra a divisão e o desmembramento da ‘alma’, nada sabe da relacionalidade essencial de todas as coisas, desconhece outras ‘gramáticas’ (por exemplo, a do assentimento) além da lógica.

No século que viu nascer os “mestres da suspeita” (K. Marx, F. Nietzsche e S. Freud), Newman aderiu a um realismo ontológico sereno e crítico, mas, no fundo, inalcançável. Perante o mistério de Deus, e não só, como ele reconhece, lidamos com as sombras geradas pelo nosso intelecto, com os seus inúmeros aspectos parciais. De uma maneira muito sua, no pólo oposto à consideração marxiana da consciência como mera ressonância social, à denúncia nietzscheana mediante a pesquisa ‘genealógica’ ou ao negativismo freudiano perante o Eu individual, foi atento, mas com um intuito construtivo, ao que chamou de “alucinações”, “extravagâncias”, “desordens funcionais” e “aberrações” do intelecto, “fenómenos meteorológicos da mente humana”, causados pela interferência turbulenta e obstrutiva de desejos, hábitos, fantasmas, preconceitos, crenças, opiniões na obtenção do conhecimento e no acesso à verdade sobre as coisas e sobre si mesmo.

Poderia, pois, dizer-se que o pensamento de Newman ocupa um lugar interessante entre o pensamento pré-moderno e o marco pós-moderno. Por um lado, no seu filosofar sem terminologia técnica e de tom essencialmente interrogativo, conversante e familiar, aliou em si o jeito experiencial e concreto do espírito inglês a um aristotelismo moderado, sobretudo no papel ou no relevo concedido à *phronesis*, que ele relaciona com o juízo supralógico, o *judicium prudentis viri*, o “sentido ilativo”, baseado numa percepção holística das circunstâncias, do caso, e jorrando ao mesmo tempo da





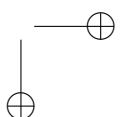
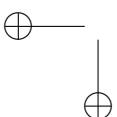
razão, do coração e de outras inspirações, que o sujeito implicado ignora e jamais pode trazer à luz da introspecção controlada. Tal não ficou sem consequências.

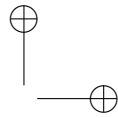
Primeiro, o nosso teólogo cedo captou a unilateralidade do Iluminismo e o seu coração frio, a sua concepção abstracta e uniforme de pensamento, a sua convicção rasa de que os poderes do intelecto, a agudeza, a sagacidade, a subtilidade e a profundidade são os únicos guias para a verdade. Não admira, pois, que a Era das Luzes se tornasse cega para os processos implícitos da mente raciocinante, que é em si arquitectónica, e não simplesmente analítica.

Diz Newman: «O pensamento é demasiado vivo e múltiplo, as suas fontes são demasiado remotas e ocultas, a sua senda demasiado pessoal, delicada e tortuosa, o seu tema demasiado díspar e intrincado, para aceitar os empecilhos de qualquer linguagem, seja qual for a sua subtilidade ou o seu limite.»

Existe, portanto, uma distinção entre as formas “pessoal” e “científica” da busca da verdade. A ciência é decerto uma instituição de produção do conhecimento e da sua ratificação social, portanto conhecimento público, mas *in statu nascendi* jorra do diálogo difícil e trabalhoso, sujeito a mal-entendidos, entre a criatividade individual e a dureza das coisas que se ocultam e resistem à nossa invasão cognitiva; implica, por isso, o elemento ou o momento pessoal, que não é feito só de invenção clara, mas de turbulências várias.

Em segundo lugar, como hermeneuta sagaz e intuitivo, Newman teve uma noção admirável da “pluralidade” intrínseca que nos é peculiar. A tal se deve a sua apreensão do que se poderia designar de “meteorologia da mente”, já acima referida, a saber, o nexos ou, melhor, o novelo de emoções, imaginação, motivos e assentimento, de preconceitos, preferências e pressupostos, de gostos, hábitos e opiniões, cujo conjunto e variedade, no seu papel de quase primeiros princípios, constituem, de acordo com a metáfora newmaniana, o “mobiliário da mente”. Mas essa aparente ‘heterogeneidade’, que é apenas funcional e operacional, supõe a unidade ôntica da nossa

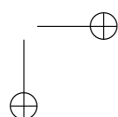
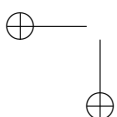


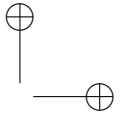


capacidade noética.

No primeiro dos *Sermons for various occasions* (S. 1. *Intellect, the Instrument of Religious Training*) diz o grande polemista que a natureza ou condição da mente humana se pode encarar de dois principais pontos de vista, intelectual e moral.

«Como intelectual, ela apreende a verdade; como moral, apreende o dever. A perfeição do intelecto chama-se habilidade e talento; a perfeição da nossa natureza moral é a virtude. E é aqui uma grande infelicidade nossa, e também a nossa provação, que, tal como as coisas estão no mundo, as duas se encontrem separadas e sejam entre si independentes; que onde existe o poder do intelecto não seja necessária a virtude; e que onde estão a rectidão, a bondade e a grandeza moral não seja necessário o talento. Mas não foi assim no início; não é que a nossa natureza seja essencialmente diferente do que era, quando inicialmente foi criada; mas o Criador, após a sua criação, elevou-a acima de si mesma por uma graça sobrenatural, que coadunava todas as suas faculdades e as fazia conspirar num só todo e agir, em comum, para um único fim; pelo que, se a raça tivesse persistido nesse estado abençoado de privilégio, nunca teria surgido a distância, a rivalidade, a hostilidade entre as diversas faculdades. As coisas são agora diferentes; tanto pior para nós; – foi-se a graça; a alma não consegue manter-se unida; desfaz-se em fragmentos; os seus elementos lutam uns com os outros. E assim como, quando um reino esteve, durante muito tempo, num estado de tumulto, de sedição ou rebelião, certas partes se separam do todo e do governo central e se estabelecem por si mesmas, assim também acontece com a alma do homem. Assim se passa, repito, com a alma, já há muito; por isso, surgiram nela vários reinos pequenos, entre si independentes e em guerra recíproca, tais e tantos que reduzem a soberania original a um espaço territorial e a uma influência não mais considerável do que aquela que eles próprios têm. E todos esses pequenos domínios, como os poderei designar, na alma são, naturalmente, no seu isolamento,



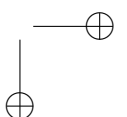
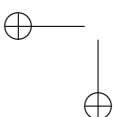


incompletos e deficientes, fortes em certos pontos, fracos noutros, porque nenhum deles é o todo, suficiente por si mesmo, mas apenas uma parte do todo, o qual, pelo contrário, é feito de todas as faculdades da alma.»

Sugere-se aqui, pois, que a mente humana, embora una e de suma elasticidade, é feita para a verdade; mas reparte-se pelos domínios da paixão ou do apetite, do intelecto, da consciência moral, que estão em conflito mútuo no interior de cada um, e com as suas concreções no mundo externo da cultura. Este, no seu tecido complexo, ateador de incerteza e de confusão, força-nos a uma escolha incessante e sem delongas, muitas vezes sem sabermos como, pois «pensar, falar e agir é já escolher».

Tem a nossa mente numerosas repartições, múltiplos departamentos e províncias do conhecimento que não se regem por critérios idênticos, antes todos respiram e actuam sob a reverberação de um mesmo horizonte de verdade e de sentido, que se aborda sob o prisma e os critérios de cada domínio. Aparenta-os, no entanto, o conjunto dos elementos seguintes: são património do mesmo sujeito; intentam uma ordem das coisas que não é acessível só através dos esquemas lógicos, mas exige ainda o intercâmbio livre e espontâneo do intelecto e da imaginação, o papel das crenças, das concepções existentes, das qualidades pessoais. Tais domínios chegam, quando muito, apenas à probabilidade. No mundo da vida, de facto, é contraído o âmbito da certeza, vasto o campo da opinião, diminuto o catálogo das certezas genuínas. Por isso, a probabilidade é o guia da vida; mas, nos meandros da existência, as formas de probabilidade fundam-se em certezas.

Primeiro, porque, se «a vida é para a acção», «nenhum de nós pode pensar ou agir sem a aceitação de verdades, não intuitivas, não demonstradas, todavia soberanas». Eis um Newman quase antifundacionista, mas que não renuncia à consistência, à densidade e à captação veritativas da realidade, pois existe a verdade, que se pode alcançar. Mas a percepção dos seus primeiros princípios, que



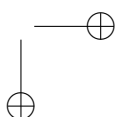
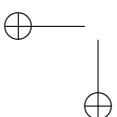


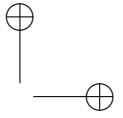
nos é natural, está debilitada, obstruída, pervertida pelas seduções dos sentidos e pela supremacia do Si mesmo e é, por outro lado, estimulada pelas aspirações ao sobrenatural; pelo que, no fim, se moldam assim dois tipos de mente, dois padrões e sistemas de pensamento – o departamento do saber natural, fundado na probabilidade, e o departamento do espiritual que, tendo por eixo a consciência, não pode assentar na mera probabilidade. Em ambos, no entanto, ressoa e repercute uma certeza indefectível em verdades primárias, que admite múltiplas variações de opinião na sua aplicação e disposição.

Além disso, a correlação entre certeza e prova implícita é uma lei das nossas mentes. «Quando a lógica falha, os homens tornam-se pessoais; é o seu modo de apelar para os seus elementos primários do pensamento, para o seu sentido ilativo, contra os princípios e juízos de outrem».

Depois, «nenhuma verdade, por simples que seja, pode ser apreendida num só acto». Apela forçosamente para a heterogeneidade que nos constitui, intima a constelação das nossas variegadas forças cognitivas, incrusta-se no elemento caótico do nosso viver, supõe uma *confiança* básica nos nossos sentidos, nas nossas capacidades de memória, de raciocínio e nas palavras de outrem, a qual, mesmo se repetidamente afectada pela experiência do erro, persiste como condição indispensável da vida prática e da existência no mundo. Por isso, dos erros e da não infalibilidade do nosso intelecto não se pode deduzir o cepticismo integral nem um puro espelhismo epistemológico a que corresponde apenas um mundo de aparências, sem bastidores ontológicos. A certeza dos nossos erros não impede a verdade de novas proposições que tentamos alcançar.

Na aquisição desta nova verdade, além da invenção pessoal, da informação sensorial ou do fornecimento de dados, do jogo inferencial dos nexos lógicos, das notícias com que os outros, através das instituições sociais, nos circundam, tem lugar especial a relação hermenêutica entre o todo e as partes, a lei da forma ou da





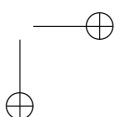
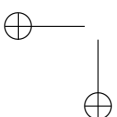
totalidade, que vigora concretamente na percepção sensível, mas vale para todos os campos da nossa investigação, estabelecendo uma vibração impalpável, mas fecunda, entre o explícito e o implícito: «Um objecto dos sentidos apresenta-se à nossa visão como um todo, e não nos seus pormenores isolados». Neste processo, não de todo controlável, imiscui-se ainda o sentido da historicidade, do desenvolvimento das ideias, do desdobre ou desenodar de uma realidade (por exemplo um conteúdo da Revelação), do exercício racional no interior de tradições.

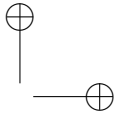
Compreende-se assim a importância e o relevo dados por Newman à experiência da vida humana, ao senso comum prático. Tal como os praticantes da “filosofia da vida” (F. Nietzsche, M. Scheler, H. Bergson, J. Ortega y Gasset e outros), ele acentuou no homem mais a acção do que razão, porque ele é, acima de tudo, vida, e esta é, como antes se lembrou, essencialmente acção. Captou com finura a nossa imersão nas coisas, as inumeráveis implicações das palavras, a profundidade e a respiração das associações da poesia das palavras e da sua história, em contraste com o espectro lógico que a ciência requer. O universal cenário vivo das coisas não é, pois, tanto um mundo lógico quanto poético.

Por isso, «a argumentação verbal não é o princípio da crença interior» nas questões mais importantes que nos atormentam; a mente humana, algo vagabunda, que caminha de coisas para coisas, de totalidades para totalidades, também não é como a imaginamos, mas como paulatinamente a vamos descobrindo; assenta sobretudo num processo inconsciente e tácito que, nos seus juízos, germina e irradia a partir de pressupostos explícitos ou implícitos, sem nenhuma medida comum entre si.

Ninguém expressa melhor este vagabundear noético do que Newman:

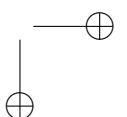
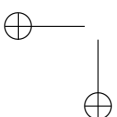
«A mente vagueia de um lado para outro, estende-se e avança com uma presteza que se tornou proverbial, com uma subtileza e uma versatilidade que desconcerta o exame. Salta de ponto para

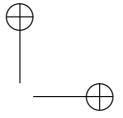




ponto, apossa-se de um por uma indicação qualquer; ganha outro por probabilidade; em seguida, valendo-se de uma associação; depois, recorrendo a uma lei recebida; a seguir, deitando a mão a um testemunho; por fim, entregando-se a alguma impressão popular ou a um instinto interior, ou a alguma memória obscura; e, assim, progride de uma maneira não dissimilar à de um alpinista numa falésia alcantilada que, graças ao olho rápido, à mão pronta e ao pé firme, sobe, como, nem ele próprio sabe, pelos dons pessoais e pela prática, mais do que segundo uma regra, não deixando atrás de si nenhum vestígio e incapaz de ensinar outrem. Não é dizer demasiado que a marcha pela qual os grandes génios escalam a montanha da verdade é tão insegura e precária para os homens em geral como a subida de um montanhista habilidoso num despenhadeiro real. É um caminho que só eles podem tomar; e a sua justificação reside apenas no seu êxito. E tal é sobretudo o modo como todos os homens, dotados ou não dotados, comumente raciocinam – não de acordo com uma regra, mas por uma faculdade interior. O raciocínio, portanto, ou o exercício da razão é uma energia espontânea viva dentro de nós, não uma arte.»

Trata-se, como se vê, de uma conquista verdadeiramente ‘polémica’ (em sentido etimológico) da verdade numa guerra sempre incerta, da certeza como drama; vale para o nosso assédio ao enigma do mundo e à profundidade das coisas; vigora também no âmbito da fé religiosa, que é somente um caso particular da postura ‘fiducial’ inerente aos nossos empenhamentos cognitivos, que vivem e se alimentam das assunções previamente norteadoras da pesquisa. Domina, superintende e imbui todo este processo o juízo supralógico, faculdade essencialmente arquitectónica e presente em todos os assuntos concretos como suplemento da lógica; tem, como hoje se diria, uma aura “holística”, enquadradora, sintética, compositiva, que permite ligar *per modum unius* aquilo que um olhar analítico vê apenas como separado. Ramo seu é o “sentido ilativo” (na denominação newmaniana). Tem muito de dom pessoal, assegura



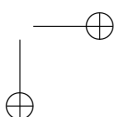
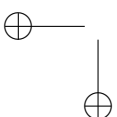


o trânsito da inferência condicional para o assentimento incondicional, possui um certo matiz de adivinhação e de pressentimento, emerge por vislumbre e fulguração da acumulação de probabilidades convergentes, gera o assentimento, como acto indivisível, na sua integridade, com as suas concomitantes e circunstâncias, e também no seu contraste com a ilação lógica.

«O assentimento, puro e simples, é a causa motriz de grandes feitos; é uma confiança, que brota mais dos instintos do que dos argumentos, alicerçada numa viva apreensão, animada por uma lógica transcendente, mais concentrada na vontade e na acção, pela simples razão de que não foi sujeita a qualquer desenvolvimento intelectual.»

O discernimento e a compreensão atenta desta ‘lógica transcendente’, conatural ao acto de pensar, sobretudo na indagação do seu horizonte postremo, impedirão que, como por vezes aconteceu, tenham lugar “usurpações da razão”, por exemplo da religião no campo das ciências ou destas últimas no recinto da moral e da fé. Mas tais áreas da experiência e da acção humanas nunca se podem confundir, a não ser em virtude do desconhecimento da natureza genuína do intelecto ou por força de uma filosofia ingénua, para não dizer mal intencionada.

Como lembra Newman – e trata-se de uma convicção do senso comum – o principal meio cognitivo que temos à disposição é a nossa mente, além da voz da humanidade e do curso do mundo; por ela testamos, interpretamos e corrigimos o que nos é proposto para a crença. Esta, se pretende ser iluminada, nunca se recusará a sopesar os conteúdos, os motivos, os argumentos; a explorar, a discriminar e a explicitar as virtualidades contidas nos seus dados. Vale, por isso, para toda a actividade cognitiva (e prática) o mote seguinte: “Sem pressupostos, ninguém consegue provar nada acerca de nada.”

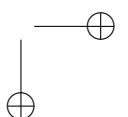
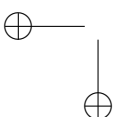




* * *

Esta exposição apressada de algumas linhas do pensamento de J. H. Newman não chega decerto para salientar o que de explosivo existe na *Gramática do Assentimento*, e que à Academia, com seus tribalismos filosóficos, com seus modismos e suas sujeições epocais, passou quase despercebido: a subtileza e o potencial hermenêuticos; a recusa de todo o naturalismo metafísico que tenta degradar a originalidade ontológica e espiritual da consciência; o sentido da historicidade que penetra todo o conhecimento humano, inclusive nas ciências; a pulsação do sentido ou do significado inscrito na linguagem enquanto tal; o laço entre a compreensão individual e a sua imersão nas tradições; o vínculo indissolúvel entre a razão e o elemento ‘fiducial’; a ‘dança’ dinâmica (pericorese) de intelectualidade, vontade e emoção no centro do trabalho noético; o conluio misterioso entre intelecto e imaginação que, no plano da criatividade, enreda todas as nossas actividades cogitativas, todas as nossas práticas teóricas e outras, na inquieta demanda de decifração do arcano do mundo e da ordem das coisas, em face da qual, devido à índole arquitectónica da mente, a divisão dos nossos saberes é somente ‘administrativa’.

Artur Morão





O Sentido Ilativo

(in: *Ensaio a Favor de uma Gramática do Assentimento, Cap. 9*)

John Henry Newman

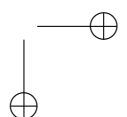
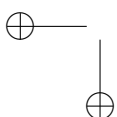
Índice

§ 1. A sanção do sentido ilativo	15
§ 2. A natureza do sentido ilativo	21
§ 3. O âmbito do sentido ilativo	26

* * *

O meu objectivo, nas páginas precedentes, não foi instituir uma teoria que possa explicar os fenómenos do intelecto de que elas tratam, a saber, os que caracterizam a inferência e o assentimento, mas clarificar qual a questão de facto a seu respeito, isto é, quando é que o assentimento se dá a proposições que são inferidas, e sob que circunstâncias. Nunca tive em mente uma tentativa que em mim seria ambiciosa e que, nas mãos de outros, falhou – se é que se pode dizer mais ou menos infrutífera a tentativa que, feita embora pelas mentes mais brilhantes, não conseguiu convencer os adversários.

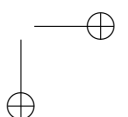
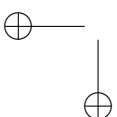
Achei-me, em especial, incapaz de raciocínios antecedentes no exemplo de uma questão de facto. Há quem, argumentando *a priori*, afirme que, em virtude de a experiência, pelo silogismo, levar





só a probabilidades, a certeza é sempre um erro. Outros há que, embora rejeitem esta conclusão, aceitam o princípio *a priori* suposto no argumento e, por conseguinte, a fim de reivindicar a certeza do nosso crescimento, são obrigados a recorrer à hipótese de intuições, de formas intelectuais e quejandos, que nos pertencem por natureza e que, supostamente, elevam a nossa experiência a algo mais do que ela é em si própria. Preservando seriamente, como farei, com esta última escola de filósofos, a certeza do conhecimento, penso que, em vista da sua demonstração, é suficiente apelar para a voz comum da humanidade. Deve tal considerar-se uma operação normal da nossa natureza, que os homens, no concreto e em geral, exemplificam. É uma lei das nossas mentes, exemplificada em grande escala na acção, quer *a priori* ela deva, ou não, ser uma lei. O nosso acto de esperar é uma prova de que a esperança, enquanto tal, não é uma extravagância; e a nossa posse da certeza é uma prova de que não é uma fraqueza ou uma absurdidade estar certo. Não é incumbência minha determinar como é que poderemos estar certos; basta-me que a certeza seja sentida. A isto chamam os académicos, penso eu, abordar um assunto *in facto*, em contraste com *in fieri*. Se me aventurasse ao último, estaria a cair na metafísica; mas o meu objectivo tem um carácter prático, tal como o de Butler na sua *Analogy*, com esta diferença: ele trata da probabilidade, da dúvida, da conveniência e do dever, enquanto nestas páginas, sem excluir, longe disso, a questão do dever, me restringiria à verdade das coisas, e à certeza da mente acerca desta verdade.

A certeza [subjectiva – *certitude*] é um estado mental: a certeza [objectiva – *certainty*] é uma qualidade das proposições. Chamarei certas àquelas proposições que são tais que delas estou certo. A certeza [subjectiva] não é uma impressão passiva suscitada na mente a partir de fora, por compulsão argumentativa; em todas as questões concretas (também nas abstractas, pois embora o raciocínio seja abstracto, a mente que delas julga é concreta) é um reconhecimento activo das proposições como verdadeiras, tal como o

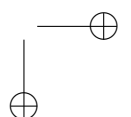
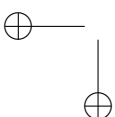




dever de cada indivíduo é actuar sob um mandamento da razão e, quando esta proíbe, refrear-se. E a razão nunca nos manda estar certos, excepto acerca de uma prova absoluta; e semelhante prova nunca nos pode ser facultada pela lógica das palavras, pois, se a certeza é da mente, também o é o acto de inferência, que a ela conduz. Todo aquele que raciocina é o seu próprio centro; e nenhum expediente para alcançar uma medida comum das mentes pode anular esta verdade; – mas, então, prossegue a questão, haverá algum *critério* da exactidão de uma inferência tal que possa ser o nosso garante de que a certeza é correctamente suscitada a favor da proposição inferida, já que, como afirmei, o nosso garante não pode ser científico? Afirmei já que o único e definitivo juízo sobre a validade de uma inferência em questões concretas é confiado à acção pessoal da faculdade de raciocinar, a cuja perfeição ou virtude dei o nome de Sentido Ilativo, um uso da palavra "sentido" comparável ao que dele fazemos em "bom senso", "senso comum", um "sentido da beleza", etc.; – e eu próprio não vejo qualquer outro modo de ir mais longe do que isto, na resposta à questão. Todavia, posso ao menos explicar, com maior amplidão, o significado que lhe atribuo; por conseguinte, falarei agora, primeiro, da sanção do Sentido Ilativo, em seguida, da sua natureza e, por fim, do seu âmbito.

§ 1. A sanção do sentido ilativo

Estamos num mundo de factos, e deles fazemos uso; pois nada mais há para usar. Não discutimos com eles, mas tomamo-los como são, servimo-nos do que eles por nós podem fazer. Seria deslocado pedir ao fogo, à água, à terra e ao ar as suas credenciais, por assim dizer, para agirem sobre nós ou nos servirem. Damos-lhes o nome de elementos, temo-los em conta, fazemos com eles o melhor que podemos. Especulamos a seu respeito, no nosso lazer.

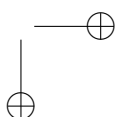
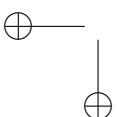




Mas aquilo a cujo respeito somos ainda menos capazes de duvidar ou abstrair, no nosso ócio ou não, é aquilo que é ao mesmo tempo o seu complemento e o seu testemunho, quer dizer, nós próprios. Somos conscientes dos objectos da natureza externa, reflectimos e agimos sobre eles, e a esta consciência, reflexão e acção chamamos a nossa racionalidade. E assim como usamos os (chamados) elementos, sem primeiro criticarmos aquilo que não dominamos, assim também é muito mais estulto em nós criticar ou minorar a nossa própria natureza, que nada mais é do que nós próprios, em vez de a empregarmos de harmonia com o uso que ela habitualmente tolera. O nosso ser, com as suas faculdades, mente e corpo, é um facto que não se discute, pois todas as coisas lhe estão necessariamente referidas, e não ela às outras coisas.

Se eu não puder pressupor que existo, e de um modo particular, isto é, com uma constituição mental particular, nada tenho sobre que especular, e seria melhor deixar sozinha a especulação. Tal como sou, é o meu tudo; este é o meu ponto de vista essencial, e deve tomar-se como garantido; de outro modo, o pensamento é apenas um divertimento ocioso, pelo qual não vale a pena preocupar-se. Não existe um meio entre usar as minhas faculdades, tal como as tenho, e arrojar-me ao mundo externo segundo o impulso aleatório do momento, como chuvisco sobre a superfície das ondas, e esquecer simplesmente o que sou.

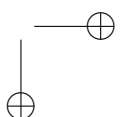
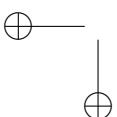
Sou o que sou, ou nada sou. Não posso pensar, reflectir ou julgar acerca do meu ser, sem partir do verdadeiro ponto que tenho em mira, ao inferir. Todas as minhas ideias são pressupostos, movo-me sempre num círculo. Não posso evitar ser suficiente para mim próprio, pois não consigo fazer de mim qualquer outra coisa, e alterar-me é destruir-me. Se não fizer uso de mim próprio, não tenho mais nenhum Si mesmo para usar. O meu único ofício é clarificar o que sou, a fim de o pôr em uso. Para a demonstração do valor e da autoridade de qualquer função que possuo basta ser capaz de asserir que ela é natural. Tenho de descobrir as leis sob as





quais vivo. A minha primeira lição elementar do dever é a da resignação às leis da minha natureza, sejam elas quais forem; a minha primeira desobediência é ser impaciente com aquilo que sou, satisfazer uma aspiração ambiciosa àquilo que não posso ser, acalentar uma desconfiança dos meus poderes, desejar mudar as leis que a mim próprio são idênticas.

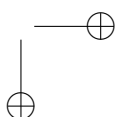
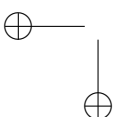
Verdades como estas, demasiado óbvias para se dizerem irresistíveis, são ilustradas por aquilo que contemplamos na natureza universal. Cada ser é, num sentido verdadeiro, suficiente por si mesmo, capaz, portanto, de satisfazer as suas necessidades particulares. É uma lei geral que, seja o que for que se encontre como função ou atributo de qualquer classe de seres, ou a ela natural, se ajusta a ele, na sua substância, e está ao serviço da sua existência, e não se pode olhar correctamente como uma deficiência ou uma monstruosidade. Nenhum ser, cujas partes constitutivas estivessem entre si em guerra, poderia durar. Mais ainda, existe em cada ser o princípio da vitalidade, que tem um carácter salutar e curativo, que congrega todas as suas partes e funções num só todo e continuamente rejeita e corrige os danos que lhe advêm, quer de dentro quer de fora, embora não mostre tendência alguma para remover os seus atributos, como se fossem estranhos à sua natureza. Há animais com membros e órgãos, hábitos, instintos, apetites, ambientes, que actuam conjuntamente em prol da segurança e do bem-estar do todo; e, após todas as excepções, pode dizer-se que cada um deles tem, segundo a sua própria espécie, uma perfeição da natureza. O homem é o mais elevado dos animais e, na realidade, mais do que um animal, porquanto tem uma mente; isto é, tem uma natureza complexa diferente da deles, com um objectivo superior e uma perfeição específica; mas, apesar de tudo, o facto de outros seres encontrarem o seu bem no uso da sua natureza particular é uma razão para pressagiar que usar devidamente a nossa é, ao mesmo tempo, o nosso interesse e a nossa necessidade.





Qual a peculiaridade da nossa natureza, em contraste com os animais inferiores, à nossa volta? Consiste ela em que o homem, embora não consiga mudar aquilo com que nasceu, é um ser de progresso em relação à sua perfeição e ao seu bem característico. Outros seres são completos a partir da sua primeira existência, na linha da excelência que lhes coube em sorte; mas o homem, de início, nada tem de realizado (para usar a palavra), deve para si produzir mais capital mediante o exercício daquelas faculdades que são a sua herança natural. Por isso, avança gradualmente até à plenitude do seu destino original. Tal progresso não é nem mecânico nem necessário; está confiado aos esforços pessoais de cada indivíduo da espécie; cada um de nós tem a prerrogativa de completar a sua natureza imperfeita e rudimentar, de desenvolver a sua própria perfeição a partir dos elementos vivos com que a sua mente começou a existir. Dom seu é ser o criador da sua própria suficiência; ser enfaticamente o criador de si mesmo. Tal é a lei do seu ser, a que se não pode subtrair; e ele está obrigado, ou antes é levado, a realizar seja o que for que esteja implicado nesta lei.

E aqui sou remetido para a relação destas observações com o meu tema. Pois a lei do progresso é levada a cabo mediante a aquisição do conhecimento, cujos instrumentos imediatos são a inferência e o assentimento. Supondo, então, que o avanço da nossa natureza, em nós próprios individualmente e no tocante à família humana, é, para cada qual no seu lugar, um dever sagrado, segue-se que este dever está intimamente unido ao uso correcto dos dois instrumentos principais do seu cumprimento. E assim como não adquirimos o conhecimento da lei do progresso graças a qualquer visão *a priori* do homem, mas encarando-o como a interpretação que por ele mesmo é fornecida, em larga escala, na acção ordinária da sua natureza intelectual, assim também devemos recorrer a ele próprio, como um facto, e não a qualquer teoria antecedente, a fim de descobrir qual a lei da sua mente, em relação às duas faculdades em questão. Se, pois, semelhante apelo me confirma no juízo, por

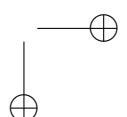
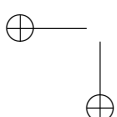




mim feito, de que o decurso da inferência é sempre, mais ou menos, obscuro, enquanto o assentimento é sempre distinto e definido; se, todavia, aquilo que é absoluto na sua natureza se segue assim, de facto, ao que na manifestação exterior é complexo, indirecto e recôndito, que é que nos resta senão tomar as coisas como elas são e resignar-nos ao que encontramos? Ou seja, em vez de inventarmos o que não pode ser, uma ciência suficiente do raciocínio que consiga compulsar a certeza em conclusões concretas, proclamar que não existe nenhum teste derradeiro da verdade, além do testemunho dado à verdade pela própria mente e que este fenómeno, por mais perplexo que o possamos achar, é uma característica normal e inevitável da constituição mental de um ser como o homem, num cenário como o mundo. O seu progresso é um crescimento vivo, não um mecanismo; e os seus instrumentos são actos mentais, e não as fórmulas e os arranjos da linguagem.

Estamos, hoje, acostumados a realçar a harmonia do universo; e todos aprendemos a máxima, tão poderosamente inculcada pelo nosso filósofo inglês, de que, nas nossas inquirições das suas leis, devemos destruir, sem dó nem piedade, todos os ídolos do intelecto, sujeitar a natureza, colaborando com ela. O conhecimento é poder, pois nos dá a possibilidade de usar princípios eternos, que não podemos alterar. Também assim ele é neste microcosmo, a mente humana. Acompanhemos, então, Bacon de mais perto, sem distorcer as faculdades da mente, de acordo com as exigências de um optimismo ideal, em vez de nos preocuparmos com modos de pensamento peculiares à nossa natureza e, conscienciosamente, os examinarmos nos nossos exercícios intelectuais.

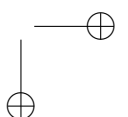
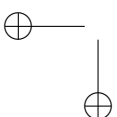
Naturalmente, não me detenho aqui. Assim como a estrutura do universo nos fala de Quem o fez, assim também as leis da mente são a expressão, não da mera ordem constituída, mas da Sua vontade. Encontrar-me-ia a elas sujeito, mesmo se não fossem leis Suas; mas, visto que uma das suas funções genuínas é falar-me dEle, elas arrojam uma luz reflexa sobre si mesmas, e eu substi-





tu a resignação ao meu destino por uma ridente cooperação com uma Providência que tudo governa. Podemos aceitar alegremente as dificuldades que não-de surgir na nossa constituição mental e na interacção das nossas faculdades, se conseguirmos aperceber-nos de que Ele no-las deu, e para nós as pode governar. Podemos seguramente acatá-las como são, usá-las como as encontramos. É Ele que nos ensina todo o conhecimento; e o modo como o adquirimos é o Seu modo. Ele modifica-o, de harmonia com o assunto; mas quer tenha posto, diante de nós, na nossa ocupação particular, o caminho da observação ou do experimento, da especulação ou da pesquisa, da demonstração ou da probabilidade, quer sonde-mos o sistema do universo ou os elementos da matéria e da vida ou da história da sociedade humana e das épocas passadas, se emprendermos o caminho adequado ao nosso tema, para sobre nós a Sua bênção e descobriremos, além de abundantes temas de simples opinião, os materiais na devida medida da prova e do assentimento.

E, sobretudo, graças a esta disposição das coisas, aprenderemos, no tocante às inquirições religiosas e éticas, quão pouco conseguimos levar a cabo, por muito que nos esforcemos, sem essa Bênção; pois, como que por um propósito estabelecido, Ele tornou esta senda do pensamento mais áspera e tortuosa do que outras indagações, para que a genuína disciplina imposta às nossas mentes na descoberta d'Ele, as possa moldar na devoção que Lhe é devida, uma vez encontrado. "Verdadeiramente, és um Deus escondido, o Deus de Israel, o Salvador" – eis a verdadeira lei da Sua conduta conosco. Precisamos, sem dúvida, de uma chave para o labirinto que a Ele nos levará; e quem de nós pode esperar apossar-se dos verdadeiros pontos de partida do pensamento para este empreendimento, quem, na base de todos eles, captará a sua correcta direcção, para os seguir até aos seus justos limites, para avaliar, ajustar e combinar devidamente os vários raciocínios em que eles terminam, de modo a chegar com segurança àquilo que vale a pena assegurar com qualquer trabalho, sem uma especial iluminação Sua? Tal é a





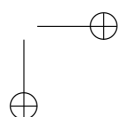
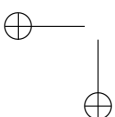
conduta da Sabedoria em relação à alma eleita. "Ela infundirá nele o amor, o tremor e o juízo; torturá-lo-á com a tribulação da Sua disciplina, até o pôr à prova com as Suas leis e confiar na sua alma. Então, fortalecê-lo-á, virá direita a ele e dar-lhe-á a alegria."

§ 2. A natureza do sentido ilativo

É a mente que raciocina e supervisiona os seus próprios raciocínios, não qualquer aparelho técnico de palavras e de proposições. A este poder de julgar e de inferir, quando na sua perfeição, chamo o Sentido Ilativo; e ilustrá-lo-ei da melhor maneira, referindo-me a faculdades paralelas que, comumente, sem dificuldade reconhecemos.

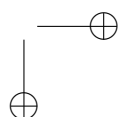
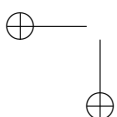
Por exemplo, como é que a mente cumpre a sua função de orientação e de controlo supremos em questões de dever, de trato social e de gosto? Em todas estas acções isoladas do intelecto, o indivíduo é supremo e responsável para consigo mesmo; mas pode também, sob certas circunstâncias, estar justificado a opor-se ao juízo do mundo inteiro, embora se sirva das regras para sua vantagem própria, de acordo com o seu alcance, e esteja portanto obrigado a usá-las. No tocante ao dever moral, o sujeito é plenamente analisado nos conhecidos tratados éticos de Aristóteles¹. À faculdade que guia a mente em questões de conduta dá-lhe ele o nome de *phronesis* ou juízo. Este é o princípio orientador, controlador e determinante nas questões pessoais e sociais. Que é ser virtuoso, como adquirir a justa ideia e o padrão da virtude, como nos ha-

¹ Aristóteles, na sua *Ética a Nicómaco*, menciona a *phrônêsis* como a virtude do *doxastikón* em geral, a qual se ocupa geralmente da matéria contingente (VI 4) ou do que eu chamei o concreto; menciona também a sua função que, quanto à matéria, é *alêtheuein tō kataphánai hē apophánai* (*ibid.* 3); todavia, nesta obra, não se ocupa dela na sua relação geral com a verdade e com a afirmação da verdade, mas só enquanto tem a ver com *tà praktà*.





vemos de aproximar, na prática, do nosso próprio padrão, o que é recto e mau num caso particular – para as respostas completas e exactas a estas e semelhantes questões, o filósofo não nos remete para nenhum código de leis, para nenhum tratado moral, porque nenhuma ciência da vida, aplicável ao caso de um indivíduo, foi, ou pode alguma vez ser, escrita. Tal é a doutrina de Aristóteles, e é indubitavelmente verdadeira. Um sistema ético pode fornecer leis, regras gerais, princípios de orientação, exemplos numerosos, sugestões, marcos, restrições, cautelas, distinções, soluções de dificuldades críticas ou árduas; mas quem as aplicará a um caso particular? Aonde podemos ir, excepto ao intelecto vivo, nosso ou de outrem? O que está escrito é demasiado vago, demasiado negativo para as nossas necessidades. Manda-nos evitar os extremos; mas não pode descobrir para nós, segundo a nossa necessidade pessoal, a média dourada. O oráculo autorizado, que decidirá a nossa senda, é algo mais inquisitivo e multiforme do que as generalizações áridas que os tratados nos podem fornecer, que são tanto mais distintas e claras quanto menos delas precisamos. Tem ele a sua sede na mente do indivíduo, que é assim a sua própria lei, o seu próprio mestre, o seu próprio juiz nos casos especiais do dever, que lhe são pessoais. Dimana de um hábito adquirido, embora tenha a sua primeira origem na própria natureza, é formado e amadurecido pela prática e pela experiência; não se manifesta em qualquer largueza de vistas, em qualquer compreensão filosófica das relações mútuas de dever com dever ou em qualquer consistência nos seus ensinamentos, mas é uma capacidade suficiente para a ocasião, decidindo o que deve ser feito, aqui e agora, por esta determinada pessoa, sob estas determinadas circunstâncias. Nada decide de hipotético, não determina o que um homem deve fazer daqui a dez anos, ou o que outro deve fazer nesta altura. Pode, de facto, acontecer que ele, como agora, decida daqui a dez anos, e decidir agora um segundo caso como também agora decidiu um primeiro; todavia, o seu acto

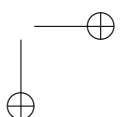
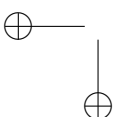


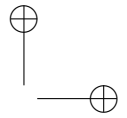


presente é para o presente, não para o que está distante ou para o futuro.

A lei estatal ou pública é inflexível; porém, esta regra mental é não só circunstancial e particular, mas tem ainda uma elasticidade que, na sua aplicação a casos individuais, não intenta, como afirmei, preservar a aparência de consistência. Nos tempos antigos, a régua do pedreiro, utilizada em Lesbos, não era, segundo Aristóteles, de madeira ou de ferro, mas de chumbo, de modo a permitir o seu ajustamento à superfície irregular das pedras reunidas na obra. É assim que o filósofo ilustra a natureza da equidade em contraste com o direito, e tal é a *phronesis*, a partir da qual a ciência da moral elabora as suas regras e recebe o seu complemento.

A este respeito, claro está, a lei da verdade difere da lei do dever, porque os deveres mudam, as verdades nunca; embora a verdade seja sempre uma só e a mesma, e o assentimento da certeza seja imutável, contudo, os raciocínios que nos levam à verdade e à certeza são muitos e distintos e variam com o investigador; e não é com o assentimento, mas com o princípio controlador nas inferências, que estou a comparar a *phronesis*. Com esta tenção, advirto que a regra de conduta para um homem nem sempre é a regra para outro, embora em abstracto seja sempre uma só e a mesma, no seu princípio e no seu fim. Para aprender o seu dever no seu caso peculiar, cada indivíduo tem de recorrer à sua própria regra; e se esta não está suficientemente desenvolvida no seu intelecto para a sua necessidade, então dirige-se a outra autoridade viva, presente, para a fornecer, e não à letra morta de um tratado ou de um código. Uma autoridade viva, presente, ele próprio ou outrem, é o seu guia imediato em questões de carácter pessoal, social ou político. Ao comprar e vender, em contratos, no trato com os outros, ao dar e receber, ao pensar, ao falar, no fazer e no trabalho, na fadiga, no perigo, nos seus divertimentos e prazeres, cada um dos seus actos, para ser louvável, deve ser consonante com este sentido prático. É assim, e não pela ciência, que ele aperfeiçoa as virtudes da justiça,

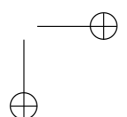
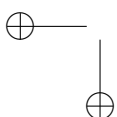




do autodomínio, da magnanimidade, da generosidade, da gentileza e todas as outras. A *phronesis* é o princípio regulador de cada uma delas.

Estas últimas palavras levam-me a fazer outra observação. Dúvido se será correcto, falando estritamente, considerar a *phronesis* como uma faculdade geral, que orienta e aperfeiçoa ao mesmo tempo todas as virtudes. Assim entendida, pouco melhor é do que um termo abstracto, incluindo nele um leque de faculdades análogas diversamente ajustadas a virtudes isoladas. Falando com propriedade, há tantas espécies de *phronesis* quantas as virtudes; pois o juízo, o bom senso ou o tacto, que é conspícuo na conduta de um homem num só tema, não é noutro necessariamente indiciável. Como nos casos paralelos da memória e do raciocínio, ele pode ser grande num aspecto do seu carácter, e mesquinho noutro. Pode ser exemplar na sua família e, todavia, cometer uma fraude nos rendimentos; pode ser justo e cruel, corajoso e sensual, indiscreto e paciente. E se tal acontece com as virtudes morais, verifica-se ainda mais plenamente quando estabelecemos uma comparação entre o seu carácter privado e o seu público. Um homem bom pode ser um mau rei; pessoas perdulárias foram grandes homens de Estado ou líderes políticos magnânimos.

Posso, pois, continuar ainda a falar das diversas vocações e profissões que abrem possibilidades ao exercício dos grandes talentos, já que também estes não amadurecem em virtude da simples regra, mas pela habilidade e sagacidade pessoais. São tão diversos como a perícia em fazer alegações e interrogatórios, a capacidade de orientar um debate no Parlamento, de intervir numa reunião pública, de comandar um exército; e também aqui advirto que, embora o princípio director em cada caso seja denominado pelo mesmo nome – sagacidade, habilidade, tacto ou prudência – contudo, não existe uma só faculdade directora que chegue à eminência em todas as suas diversas linhas de acção em comum, mas os homens serão excelentes numa delas, sem qualquer talento para as restantes.





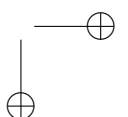
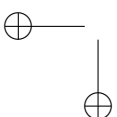
A comparação pode prosseguir-se no caso das Belas Artes; embora aqui se possam fornecer regras verdadeiras e científicas, ninguém, pois, negará que Fídias, ou Rafael, tinha um padrão muito mais subtil do gosto e um poder mais versátil de o incorporar nas suas obras do que qualquer outro que ele transmitisse aos demais, inclusive numa série de tratados. E aqui, mais uma vez, o génio está indissolúvelmente unido a uma matéria definida; um poeta não é, portanto, um pintor, ou um arquitecto um compositor musical.

E assim, também, a propósito das artes utilitárias e das realizações pessoais, usamos a mesma palavra "habilidade", mas o progresso na engenharia ou na construção de barcos, ou também na gravura, ou ainda no canto, no tocar instrumentos, na representação teatral ou nos exercícios de ginástica, constitui apenas uma só coisa com a sua matéria particular, tal como a alma humana com o seu corpo particular; é, no seu próprio departamento, uma espécie de instinto ou de inspiração, e não uma obediência a regras externas da crítica ou da ciência.

É natural, pois, perguntar: porque é que a raciocinação haveria de ser uma excepção a uma lei geral, adstrita aos exercícios intelectuais da mente; porque é que se diz ser ela comensurável à ciência lógica; porque é que a lógica constitui uma arte instrumental suficiente para determinar todo o tipo de verdade, embora ninguém sonhe com inventar qualquer fórmula, por generalizada que seja, uma regra adequada ao mesmo tempo para a poesia, a arte da medicina e a competição política?

Eis o que tenho a observar acerca do Sentido Ilativo, e na explicação da sua natureza e das suas exigências; e, em geral, falei dele em quatro aspectos – como olhado em si mesmo, na sua matéria, no processo dos seus usos e na sua função e finalidade.

Primeiro, olhado no seu exercício, é um só e o mesmo em todas as questões concretas, embora nelas empregue em medidas diferentes. Não raciocinamos de um modo na química ou no direito, e de outro na moral ou na religião; mas, ao raciocinarmos sobre





qualquer tema concreto, progredimos, tanto quanto podemos, pela lógica da linguagem, mas somos obrigados a suplementá-la com a lógica mais subtil e elástica do pensamento; pois as formas por si mesmas nada demonstram.

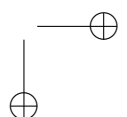
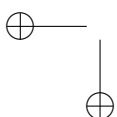
Em segundo lugar, ele está, de facto, associado a matérias definidas, pelo que um dado indivíduo o pode possuir num departamento do pensamento, por exemplo na história, e não noutra, por exemplo na filosofia.

Em terceiro lugar, ao chegar à sua conclusão, prossegue sempre, de modo idêntico, por um método do raciocínio que, como acima observei, é o princípio elementar do cálculo matemático da era moderna, o qual tão admiravelmente alargou os limites da ciência abstracta.

Em quarto lugar, em nenhuma classe de raciocínios concretos, na ciência experimental, na investigação histórica ou na teologia, existe qualquer teste derradeiro da verdade e do erro nas nossas inferências, além da fiabilidade do Sentido Ilativo, que lhes dá a sua sanção; tal como não existe um teste suficiente da excelência poética, da acção heróica ou da conduta de um cavalheiro, a não ser o particular sentido mental, seja ele o génio, o gosto, o sentido do decoro ou o sentido moral, a que estas matérias estão devidamente confiadas. O nosso dever em cada um deles é fortalecer e aperfeiçoar a faculdade especial que é a sua regra viva, e fazer em cada caso, à medida que se apresente, o nosso melhor. E tal é, pois, o nosso dever e a nossa necessidade, no que respeita ao Sentido Ilativo.

§ 3. O âmbito do sentido ilativo

Embora sejam grandes os serviços da linguagem em nos tornar capazes de alargar o recinto das nossas inferências, em testar a sua

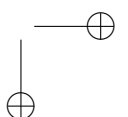
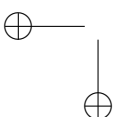




validade e em comunicá-las a outros, contudo, a própria mente é mais versátil e rigorosa do que qualquer das suas obras, das quais uma é a linguagem; e só sob a sua penetrante e subtil acção é que se desvanece a margem, por mim descrita, entreposta entre a argumentação verbal e as conclusões no concreto. Ela determina o que a ciência não pode determinar, o limite das probabilidades convergentes e as razões suficientes para uma demonstração. É pela própria mente que raciocina, e não por um truque da arte, por simples que seja na sua forma e segura na operação, que conseguimos determinar, e portanto estar certos, de que um corpo em movimento, deixado a si próprio, nunca se deterá, e que nenhum homem pode viver sem comer.

Além disso, não é graças a qualquer diagrama que somos capazes de examinar, classificar e combinar as muitas premissas que, primeiro, temos de percorrer conjuntamente antes de respondermos, como deve ser, a uma dada questão. Devemos atender à mente viva em busca dos meios de usar correctamente os princípios de qualquer tipo, factos ou doutrinas, experiências ou testemunhos, verdadeiros ou prováveis, e de discernir que experiência, a partir destes, é necessária, adequada ou vantajosa, quando eles se têm por garantidos; e tal, mediante um dom natural ou em virtude de uma formação e prática mentais, de uma longa familiaridade com esses diversos pontos de partida. Assim, quando Laud afirmou que não atinava com o seu caminho para chegar a um acordo com a Santa Sé, "até Roma ser diferente do que era", nenhum católico aceitaria tal opinião; mas qualquer católico pode compreender que este é precisamente o juízo consistente com a presente condição de pensamento e o conjunto de opiniões de Laud, com a sua posição eclesiástica e com o estado presente da Inglaterra.

Nem, por último, é menos necessária uma acção da própria mente em relação aos primeiros elementos de pensamento que, em todo o raciocínio, são suposições, os princípios, os gostos e as opiniões, muitas vezes de carácter pessoal, que são metade do

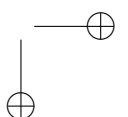
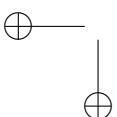




combate na inferência em que o raciocínio deve terminar. É a própria mente que os detecta nos seus obscuros recessos, os ilustra, os estabelece, os elimina, os desmembra em ideias mais simples, conforme o caso. A mente contempla-os sem o uso das palavras, por um processo que se não pode analisar. Foi assim que Bacon levou a cabo uma separação entre o sistema físico do mundo e o teológico; que Butler jungiu o sistema moral e o religioso. As fórmulas lógicas nunca poderiam confirmar os raciocínios implicados em semelhantes investigações.

Por isso, o Sentido Ilativo, a saber, a faculdade raciocinante, enquanto exercida por mentes dotadas, educadas ou diversamente preparadas, tem a sua função no início, no meio e no termo de toda a discussão verbal e de toda a indagação, e em cada passo do processo. É uma regra para si próprio, não apela a nenhum juízo além do seu; e atende a todo o curso do pensamento, desde os antecedentes para os consequentes, com uma diligência minuciosa e uma presença incansável, que é impossível a um aparelho pesado de raciocínio verbal, embora, na comunicação com os outros, as palavras sejam o único instrumento que possuímos, e um instrumento útil, se bem que imperfeito.

Existe, de facto, uma função da Lógica, a que me referi na frase precedente, que o Sentido Ilativo não possui nem pode desempenhar. Ele não fornece nenhuma medida comum entre mente e mente, pois nada mais é do que um dom ou uma aquisição pessoal. São raros, como acima afirmei, os que raciocinam bem em todas as matérias. Dois homens, que raciocinem bem cada qual na sua própria província de pensamento, podem, um ou ambos, falhar e proferir juízos opostos sobre uma questão que pertence a um terceiro domínio. Além disso, visto que todo o raciocínio parte de premissas, e estas, nos seus primeiros elementos, derivam (se tal acontecer) de características pessoais, em que os homens apresentam, de facto, entre si divergências essenciais e irremediáveis, o talento raciocinante nada mais consegue fazer do que assinalar



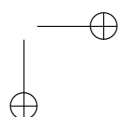
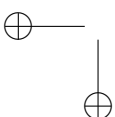


onde reside a diferença entre elas, em que medida é ela imaterial, quando vale a pena, ou não, prosseguir entre eles uma discussão.

Ora, das três principais ocasiões do exercício do Sentido Ilativo, em que tenho estado a insistir, e que são a medida do seu âmbito, o começo, o decurso e o resultado de uma investigação, indiquei já, ao abordar a Inferência Informal, o lugar que ele ocupa na resolução final das questões concretas. Cabe-me, pois, ilustrar aqui a sua presença e a sua acção relativamente às premissas elementares e, além disso, à gestão de um argumento. Abordemos, antes de mais, a primeira.

1

Muito se escreveu, nos últimos anos, sobre o tema da situação da Grécia e de Roma durante o período pré-histórico; ou seja, antes das Olimpíadas na Grécia e da guerra com Pirro nos anais de Roma. Ora, numa questão como esta, é evidente que o investigador tem, primeiro, de decidir qual o seu ponto de partida em face dos relatos recebidos; por outro lado, a partir de que quadrante os deve abordar; sobre que princípios orientará a sua discussão; que pressupostos terá, que opiniões ou objecções deve, sumariamente, pôr de lado como triviais, que argumentos, e quando, deverá considerar como apropriados, que falsos resultados se devem evitar, quando é que o estado dos seus argumentos está maduro para uma conclusão. Começará ele por rejeitar inteiramente tudo o que, até agora, foi aceite; ou reter um esboço; ou dele fazer uma selecção; ou considerá-lo e interpretá-lo como mítico ou alegórico; ou aceitar muito como fidedigno ou, ao menos, como *prima facie* revestido de autoridade, já que efectivamente o não pode rejeitar; ou nunca destruir excepto na proporção em que pode construir? Pois, quanto ao tipo de argumentos adequados ou admissíveis, até que ponto servirão de prova na pesquisa a tradição, a analogia, os monumentos e

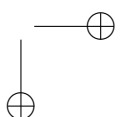
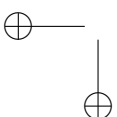




registos isolados, as ruínas, as narrativas vagas, as lendas, os factos ou os dizeres de épocas ulteriores, a linguagem, os provérbios populares? Quais os indícios da verdade e da falsidade, o que é provável, o que é suspeito, que promessas surgem para discriminar os factos das ficções? Em seguida, há que harmonizar entre si os argumentos e, por fim, importa tomar a decisão, se é que se pode tirar qualquer conclusão, ou alguma antes de se examinarem e resolverem certas questões, ou se é possível uma conclusão provável ou certa. É evidente quão incessante será, aqui ou ali, o apelo ao exercício de um juízo definitivo, quão pouco este juízo será ajudado pela lógica e quão intimamente ele dependerá da compleição intelectual do escritor.

Isto poderia ilustrar-se em grande extensão, se necessário fosse, a partir dos escritos de quaisquer homens capazes, cujos nomes são bem conhecidos em ligação com o tema por mim exemplificado; como Niebuhr, Mr. Clinton, Sir George Lewis, Mr. Grote e o Coronel Mure. Estes autores têm concepções pessoais muito diferentes sobre o período da história que seleccionaram para investigação, e são demasiado instruídos e lógicos para não conhecerem e utilizarem ao máximo os testemunhos pelos quais os factos que investigam se devem certificar. Então, porque é que diferem tanto entre si, quer na avaliação desses testemunhos ou desses factos? Porque tal estimativa é apenas a sua própria, provindo do seu próprio juízo; e este juízo deriva de pressupostos pessoais, explícitos ou implícitos; e estes pressupostos brotam espontaneamente do estado de pensamento que, respectivamente, pertence a cada um deles; e todos estes sucessivos processos de raciocínio minúsculo são superintendidos e dirigidos por um instrumento intelectual demasiado subtil e espiritual para ser científico.

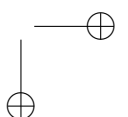
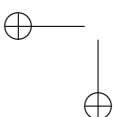
Que ideia tinha Niebuhr do ofício que empreendeu? Foi, suponho, aceitar o que encontrou nos historiadores de Roma, para o questionar, o reduzir a fragmentos, o reunir de novo, o reordenar e interpretar. Prescrição, juntamente com a consistência interna,





era para ele a evidência do facto, e se demoliu, sentiu-se também obrigado a construir. Muito diferente é o espírito de outra escola de escritores, para os quais a prescrição nada é, e que não acatam dado algum que, primeiramente, não tenha demonstrado o seu direito a ser aceite. "Podemos", diz Niebuhr, "seguir a história da constituição romana até ao início do Império, com o rigor que desejarmos, e até mais perfeitamente do que a história de muitas partes da Idade Média." "Talvez nos alegremos", diz Sir George Lewis, "por a capacidade inventiva ou o saber de Niebuhr lhe ter possibilitado aventar muitas hipóteses e conjecturas nobres em relação à forma da constituição primitiva de Roma, mas, a menos que possa alicerçar essas hipóteses com dados suficientes, elas não se prestam à nossa crença." "Niebuhr", diz um escritor intimamente relacionado comigo, "muitas vezes, mostra grande desprezo pela simples crítica céptica e pelas conclusões negativas; ...todavia, a atitude sábia de rejeitar a crença é o nosso primeiro grande requisito, ao lidarmos com materiais de valor heterogéneo." E, mais uma vez, Sir George Lewis: "Poderia dizer-se que dificilmente haverá uma só das conclusões principais da obra de Niebuhr que não tenha sido impugnada por algum escritor subsequente".

Ou ainda: "É verdade", diz Niebuhr, "que a guerra de Tróia pertence ao domínio da fábula; apesar de tudo, tem inegavelmente uma base histórica". Mas Mr. Grove escreve, "Se nos perguntassem se a guerra de Tróia não terá sido uma lenda... assente numa base de verdade,... a nossa resposta seria esta: assim como se não pode negar a sua possibilidade, também se não pode afirmar a sua realidade." Por outro lado, Mr. Clinton estabelece a regra geral, "Reconheceremos como pessoas reais todos aqueles para cuja rejeição não temos razão alguma. A presunção é a favor da tradição primitiva, se não for possível aduzir argumento algum para a demolir." Desloca ele assim o *onus probandi* para aqueles que impugnam os relatos recebidos; mas Mr. Grote e Sir George Lewis arrojamo de novo para aqueles que os defendem. "A evidência histórica",



afirma o último," funda-se na atestação de testemunhas credíveis". E ainda, "Pressupõe-se incessantemente na prática que os dados históricos são diferentes, na sua natureza, de outros tipos de dados. Esta laxidão parece justificar-se pela doutrina de se aceitarem os melhores dados que obter se podem. O objecto da minha inquirição será aplicar à primitiva história romana as mesmas regras de evidência que pelo consenso comum são aplicadas à história moderna." Muito menos severo é o juízo do Coronel Mure: "Onde se não pode confirmar nenhuma prova histórica positiva, o equilíbrio da probabilidade histórica deve reduzir-se a uma indulgência razoável para com o peso da convicção nacional e a uma deferência frente ao testemunho das mais antigas autoridades autóctones." Indulgência razoável" para com a crença popular e "deferência" frente à tradição antiga são princípios da historiografia detestável para o temperamento judicial de Sir George Lewis. Considera ele que as palavras "indulgência razoável" são "ambíguas", e adverte que "o ponto genuíno, não afiançável, e em que os escritores diferem é, tanto quanto a atestação contemporânea se pode presumir sem uma prova directa e positiva,... a medida em que a existência de uma crença popular acerca de uma suposta matéria de facto autoriza a inferência de que ela teve origem num testemunho autêntico." E Mr. Grote adverte com o mesmo fim: "A palavra *tradição* é uma palavra equívoca, e ignora aquilo de que se trata. Faz-se a conjectura tácita de que ela implica uma narrativa descritiva de uma real matéria de facto, exacta na origem, mas corrompida pela transmissão oral." E Lewis, que cita a passagem, acrescenta, "Esta *conjectura tácita* é a pedra angular de todo o argumento."

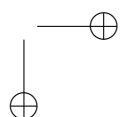
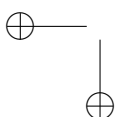
Não oponho entre si as várias opiniões de homens capazes, que se dedicaram à investigação histórica, como se de uma reflexão sobre eles se tratasse, pelo facto de entre si diferirem. Desejo insistir é na causa da sua diferença. Se os factos se considerassem só em si, provavelmente estes autores não chegariam a qualquer conclusão; as "conjecturas tácitas" de que Mr. Grote fala, as noções vagas



e impalpáveis da "razoabilidade", tanto do seu lado como do dos outros, é que possibilitam as conclusões, e são o sinal do seu carácter antagónico. As conclusões variam com o escritor particular, pois cada qual escreve a partir do seu ponto de vista e com os seus princípios próprios, e estes não possuem nenhuma medida comum.

De facto, esta é a descrição que eles fazem da matéria: "Os resultados da investigação histórica especulativa", diz o Coronel Mure, "raramente vão além de simples presunção da realidade dos acontecimentos em questão, enquanto restringida à sua substância geral, e não se estendem aos seus pormenores. Nem, por conseguinte, é de esperar nas mentes de investigadores diferentes uma unidade a propósito do grau preciso de realidade, como, muitas vezes, pode existir relativamente aos acontecimentos atestados por dados documentais." Mr. Grote corrobora esta decisão com o exemplo impressionante da diversidade de opiniões existentes acerca dos Poemas Homéricos. "Os nossos meios de conhecimento", afirma ele, "são tão limitados que ninguém consegue elaborar argumentos assaz fortes para combater as concepções opostas; desponta assim uma sensação incómoda de desconfiança, quando lemos as expressões de uma persuasão igual e absoluta com que foram aventadas as duas conclusões opostas." E também, "Há uma diferença de opinião entre os melhores críticos, a qual, provavelmente, não está fadada para se harmonizar, porque depende, em parte, do sentimento crítico e, em parte, dos raciocínios gerais em relação à unidade épica antiga, com que um homem se senta para o estudo." É mesmo assim; cada qual tem o seu próprio "sentimento crítico", os seus "raciocínios" antecedentes e, por conseguinte, a sua própria "persuasão absoluta", que emerge cada vez mais fresca em cada giro da discussão; e quem, estranho ou amigo, deverá chegar e intentar o que tão intimamente está unido à constituição mental de cada um?

Daí, as abundantes contradições categóricas entre os vários escritores. O coronel Mure, na defesa de uma tese histórica, apela



para o "facto da confederação helénica levada a efeito em vista da adopção de um sistema nacional comum de cronologia em 776 a.C." O Sr. Grote replica: "Nada diverge mais da minha concepção" – acabara ele justamente de falar das preconcepções de outros - "do estado do mundo helénico em 776 a.C. do que a ideia de uma combinação entre todos os membros da raça para uma finalidade, e mais ainda para o propósito de adoptar um sistema nacional comum de cronologia." O coronel Mure fala do "público ateniense intolerante"; responde o Sr. Grote que "nenhum público mereceu alguma vez menos o epíteto de "intolerante" do que o ateniense". O coronel Mure refere igualmente a "hipótese arbitrária" do Sr. Grote; e também (nas palavras do Sr. Grote) do seu "cepticismo injustificável". Não consegue refutar mediante um simples argumento as conclusões do Sr. Grote; pode apenas recorrer a uma crítica pessoal. Chega quase a dizer, "Diferimos na nossa visão pessoal das coisas". Quando a lógica falha, os homens tornam-se pessoais; é o seu modo de apelar para os seus elementos primários do pensamento, para o seu sentido ilativo, contra os princípios e o juízo de outrem.

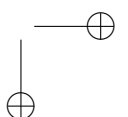
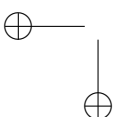
Delineeii já o método de investigação de Niebuhr e a discordância de Sir George Lewis a seu respeito: facultamos, como relevante, o exemplo de uma diferença nos primeiros princípios, tal como é fornecida pelo Sr. Grote e pelo Coronel Mure. "A principal característica da sua história", diz Lewis, "é a medida em que ele confia na evidência interna e nas indicações proporcionadas pela própria narrativa, independentemente do testemunho da sua verdade". "O carácter inventivo e o trabalho apenas podem suscitar hipóteses e conjecturas, que talvez sejam apoiadas por analogias, mas nunca assentar no sólido fundamento da prova". E é inegável que, bem ou mal, ao desprezar o cepticismo do simples crítico, Niebuhr envereda conscientemente pela senda entusiasta da adivinhação. "Quanto a mim", afirma ele, "*adivinho*, em virtude de o cargo de censor de Fabius e Decius calhar no mesmo ano, que



Cn. Flavius se tornou mediador entre a sua própria classe e as ordens superiores." Lewis vê nisto um processo de palpite e diz: "Em vez de utilizar esses testes de credibilidade que se aplicam consistentemente à história moderna", Niebuhr, os seus seguidores e a maior parte dos seus adversários "tentam orientar o seu juízo pela indicação da evidência interna, e pressupõem que a verdade é descoberta por uma faculdade oculta de adivinhação histórica". Niebuhr defende-se assim: "O verdadeiro geógrafo possui um tacto que determina o seu juízo e a sua escolha entre enunciados diferentes. Consegue, de afirmações isoladas, fazer ilações em relação a coisas que são desconhecidas, que se aproximam muito de resultados obtidos a partir da observação de factos, e pode indicar o seu lugar. Com dados limitados, consegue formar uma imagem de coisas que nenhuma testemunha ocular descreveu". Aplica isto a si mesmo. O princípio proposto nesta passagem é, claro está, o mesmo que eu defenderia; mas Sir George Lewis, embora sem o negar simplesmente como princípio, não lhe atribui grande importância, quando aplicado à investigação histórica. "Não basta", diz ele, "a um historiador reivindicar a posse de uma clarividência retrospectiva, que é negada ao resto do mundo - de uma doutrina misteriosa, revelada somente aos iniciados". E assevera que "a história de Niebuhr levantou mais questões do que resolveu, e pôs em movimento um vasto corpo de combatentes, cujos desacordos recíprocos não é muito provável, presentemente, que se resolvam em consideração de um princípio comum"².

Vemos, a partir dos extractos acima mencionados, como uma controvérsia, idêntica àquela em que eles se inserem, se desdobra desde pontos de partida, e com subsídios colaterais, não formalmente demonstrados, mas mais ou menos pressupostos, já que

² Niebuhr, *Roman History*, vol. I, p. 177; vol. III, pp. 262, 318, 322; Lectures, vol. III, App., p. XXII. – Lewis, *Roman History*, vol. I, pp. 11-17; vol. II, pp. 489-492. – F. W. Newman, *Regal Rome*, p. V. – Grote, *Greece*, vol. II, pp. 67, 68, 630-639. – Mure, *Greece*, vol. III, p. 503; vol. IV, p. 318. – Clinton, ap. Grote, *supra*.





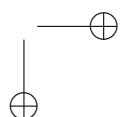
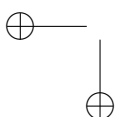
o processo de conjectura reside na acção do Sentido Ilativo, enquanto aplicado aos elementos primordiais do pensamento respectivamente congénitos aos litigantes. Não é que, por vezes, não seja possível, em certa medida, a argumentação explícita sobre estes pontos irrelevantes ou menores, embora importantes; mas, como afirmei, é um expediente demasiado incómodo para uma necessidade constantemente recorrente, mesmo quando é comumente exacta.

2

E agora, em segundo lugar, quanto aos próprios primeiros princípios. Para ilustração, mencionarei em títulos separados algumas das oposições elementares de opinião, em cuja base o Sentido Ilativo tem de operar, descobrindo-os, seguindo-os, defendendo-os ou oferecendo-lhes resistência, conforme os casos.

1. Quanto à apresentação do caso. Depende este do aspecto particular com que contemplamos um tema, isto é, da abstracção que a nossa noção representativa forma acerca do que ele é. As ciências são apenas outros tantos aspectos distintos da natureza; umas vezes, sugeridos pela própria natureza, outras vezes, criados pela mente.

(1.) Um dos aspectos mais simples e mais amplos sob os quais vemos o mundo físico é o de um sistema de causas finais ou, por outro lado, de causas iniciais ou eficientes. Bacon, no intento de alargar o nosso poder sobre a natureza, adoptou o último. Agarrouse firmemente à ideia de causação (no sentido comum da palavra) como oposta à de desígnio, recusando-se a mesclar as duas ideias numa investigação e denunciando as interpretações tradicionais dos factos, que apenas obscureceram a simplicidade do aspecto necessário ao seu propósito. Ele viu o que outros, antes dele, poderiam



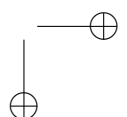
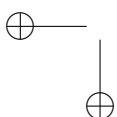


ter vislumbrado naquilo que viram, mas que não viram como ele viu. Nesta realização do intelecto, tão frutífera em resultados, reside o seu génio e a sua fama.

(2.) E ainda, para nos referimos a uma matéria muito diferente, ouvimos, muitas vezes, falar dos feitos de algum grande jurisconsulto, juiz ou advogado, que, em casos complicados, quando as mentes comuns apenas divisam um montão desesperante de factos, entre si estranhos ou opostos, consegue detectar o princípio que correctamente interpreta o enigma e, para admiração de todos os ouvintes, transforma um caos num todo ordenado e luminoso. Eis o que se pretende indicar por originalidade no pensamento: é a descoberta de um aspecto de uma matéria, mais simples, porventura, e mais inteligível do que até então se supunha.

(3.) Por outro lado, tais aspectos são, muitas vezes, irreais, como se fossem simples exhibições da invenção, e não da verdadeira originalidade da mente. Tal é, sobretudo, o caso naquilo a que se dá o nome de concepções filosóficas da história. Assim se me afigura a teoria defendida numa obra de grande erudição, vigor e penetração, a saber, *Divine Legation of Moses* de Warburton. Não digo que Gibbon é meramente inventivo; todavia, a sua exposição das origens do cristianismo é a simples visão subjectiva de alguém que não conseguiu mergulhar na sua profundidade e no seu poder.

(4.) O aspecto sob o qual vemos as coisas é, muitas vezes, intensamente pessoal; mais ainda, é pavorosamente assim, considerando que, a partir da natureza do caso, isso não clarifica a sua idiosincrasia nem para nós nem para os outros. Cada um de nós olha o mundo à sua própria maneira, e não sabe que talvez se trate de uma característica muito sua. Assim acontece justamente no tocante aos sentidos. Homens há que têm uma escassa percepção das cores; outros reconhecem uma ou duas; para alguns, duas cores contrárias, como o vermelho e o verde, são uma só e a mesma. Quão pobremente podemos apreciar as belezas da natureza, se os

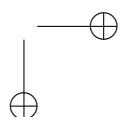
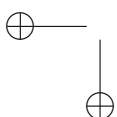




nossos olhos, no rosto das coisas, discernem apenas uma criação a preto intenso ou a castanho!

(5.) Assim também, pois, quanto à forma: cada um de nós abstrai a relação de linha a linha de um modo muito pessoal - já que um homem poderia apreender uma curva como convexa, outro como côncava. Pode decerto, como no caso de uma curva, haver um limite para possíveis aspectos; mas, ainda assim, mesmo quando concordamos, tal não acontece porventura porque aprendemos uns dos outros ou porque estamos sujeitos a uma lei de consenso, antes porque, casualmente, as nossas idiossincrasias confluem. Receio parecer trivial, se aludir a uma ilustração que, para mim, sempre teve uma grande força, e pela justa razão de ela ser tão trivial e irrelevante. Às crianças que aprendem a ler apresentam-se, às vezes, as letras do alfabeto convertidas em figuras de homens em posições várias. É curioso observar, a partir de tais representações, de que modo diferente o feitio das letras afecta mentes diferentes. Por conseguinte, sempre perguntei, numa companhia de ocasião, para que lado se mostram certas maiúsculas, se para a direita ou para a esquerda; e embora quase todos os presentes tivessem tido a sua visão clara, tão clara que não conseguiam suportar a visão oposta, ainda assim descobri em geral que metade do grupo considerava que as letras em questão apontavam para a esquerda, enquanto a outra metade pensava que para a direita.

(6.) Esta variedade de interpretação justamente nos elementos dos contornos parece arrojar luz sobre outras diferenças afins entre um homem e outro homem. Se eles encaram de modo tão diverso as simples letras do alfabeto, podemos compreender como elaboram juízos tão distintos sobre a caligrafia; e também como alguns homens têm, porventura, um talento para nela decifrar o carácter intelectual e moral do escritor, que outros não têm. Outra ideia que ocorre é que talvez resida aqui a explicação de porque é que essas semelhanças de família são tão diversamente reconhecidas, e quão perigosamente frequentes podem ser os erros na identidade.

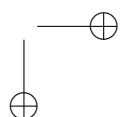
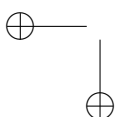




(7.) Se de modo tão diverso apreendemos os objectos familiares dos sentidos, então muito mais díspares, podemos supor, serão entre si os aspectos e as associações ligadas por nós aos objectos intelectuais. Não afirmo que diferimos nos próprios objectos, mas que podemos ter diferenças intermináveis quanto às suas relações e circunstâncias. Ouvi dizer (para, de novo, recorrer a um assunto trivial) que, no início deste século, foi um tema de controvérsia séria, e também inflamada, se ele começou em Janeiro de 1800, ou Janeiro de 1801. O argumento, que, de qualquer modo, deveria ter facilmente encaminhado a questão para uma conclusão, consistiu apenas em deitar água na chama. Não sei ao certo se ele, caso fosse agora reiniciado, não levaria a resultados semelhantes; conheço, sem dúvida, os que empenhadamente se recusam a dar uma opinião a tal respeito, quando o argumento por acaso vem à baila, em virtude da sua experiência do sentimento patético que, decerto, ele suscitará num ou noutro dos presentes. Esta impaciência pode apenas nascer de um sentimento poderoso de que a verdade do tema reside numa só alternativa, e não na outra.

Estes exemplos, de tão casuais, insinuam como tem lugar entre os homens uma tão ampla diferença nas percepções religiosas e morais. Não prova isto aqui, repito, que não haja verdade objectiva, porque nem todos os homens estão na sua posse; ou que não sejamos responsáveis pelas associações que anexamos, e pelas relações que atribuímos, aos objectos do intelecto. Mas sugere-nos, de facto, que há algo de mais profundo nas nossas diferenças do que o acidente das circunstâncias externas; e que necessitamos da interposição de um Poder, maior do que o ensinamento e o argumento humanos, para tornar verdadeiras as nossas crenças e uma só as nossas mentes.

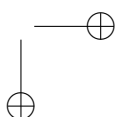
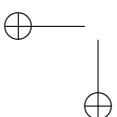
2. Abordarei, de seguida, o pressuposto implícito de proposições definidas no primeiro início de uma sequência de raciocínio, e a exclusão arbitrária de outras, seja qual for a sua espécie. A não





ser que tenhamos o direito, quando nos aprouver, de decidir que proposições eram irrelevantes ou absurdas, não vejo como poderíamos levar a cabo um argumento; o nosso caminho seria simplesmente bloqueado por princípios e teorias extravagantes, por hipóteses gratuitas, por falsos problemas, por enunciados sem fundamento e factos inverosímeis. Há quem tenha tratado a história de Abraão como um registo astronómico, e falou do nosso Adorável Salvador como o sol em *Aries*. A mitologia árabe transformou Salomão num poderoso feiticeiro. Noé foi considerado como o patriarca do povo chinês. As dez tribos viveriam ainda, afirmou-se, nos seus descendentes, os Índios peles-vermelhas; ou seriam os antepassados dos Godos e dos Vândalos e, por conseguinte, das actuais raças europeias. Alguns conjecturaram que o Apolo dos Actos dos Apóstolos era Apolónio de Tiana. Homens competentes raciocinaram, quase contra a sua vontade, que Adão era negro. Estas proposições, e muitas outras de espécies várias, deveriam ser por nós justamente deixadas de lado, se nos aplicássemos a um trabalho sobre a história sagrada; e há outras, pelo contrário, que deveríamos pressupor como verdadeiras por seu próprio direito e sem aviso, e sem as quais não poderíamos encetar ou levar a cabo o nosso trabalho.

(1.) Impugnou-se, contudo, o direito de fazer pressupostos; mas, quando as objecções são sujeitas a exame, penso que elas apenas mostram que não temos o direito na argumentação de fazer qualquer pressuposto que nos agrada. Por isso, nas investigações históricas que justamente agora se nos apresentaram, parece legítimo dizer que nenhum testemunho se deveria acatar, excepto aquele que deriva de testemunhas competentes; porém, não é injusto insistir, por outro lado, em que a tradição, embora não autenticada, por ser (como se diz) objecto de posse, tem uma prescrição a seu favor e pode, *prima facie* ou de modo provisório, ser recebida. Deparamos aqui com os materiais de uma discussão séria; mas há escritores que, aparentemente, foram além deste cepticismo razoá-

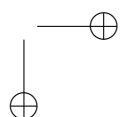
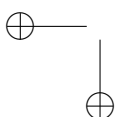




vel, enunciando como uma proposição geral que, na filosofia, não temos o direito de fazer qualquer pressuposto, e que devemos começar com uma dúvida universal. Este é, todavia, o maior de todos pressupostos, e proibir universalmente os pressupostos é proibir, em particular, este. A própria dúvida é um estado positivo e implica um hábito definido da mente; implica, portanto, necessariamente um sistema de princípios e de doutrinas próprios. Mais uma vez, se nada se deve pressupor, o que será o nosso genuíno método de raciocinar senão um pressuposto? E o que será a nossa própria natureza? O sentido do prazer e da dor, que é uma das mais íntimas partes de nós mesmos, traduz-se inevitavelmente em pressupostos intelectuais.

A propósito dos dois, é melhor afirmar que devemos começar por crer em tudo aquilo que é oferecido à nossa aceitação do que ter por um dever nosso duvidar de tudo. O primeiro parece-me, de facto, ser o verdadeiro caminho da aprendizagem. Neste caso, depressa descobrimos e abandonamos o que em si é contraditório; e como o erro tem sempre em si alguma parcela de verdade, e a verdade tem uma realidade que o erro não possui, podemos esperar, que quando há um objectivo honesto e talentos justos, conseguiremos de algum modo abrir o nosso caminho; o erro ausentar-se-á então da mente, e a verdade virá desenvolvê-la e ocupá-la. Por isso é que a religião católica é alcançada, como vemos, por inquiridores a partir de todos os pontos cardeais, como se não importasse onde um homem começou, desde que ele tenha olhos e um coração para a verdade.

(2.) Um argumento, muitas vezes proposto por descrentes, penso que por Paine, com esta finalidade, é o seguinte: "Uma revelação, para ser aceite como verdadeira, devia estar escrita no sol". Isto apela com grande força para o senso comum de muitos e implica o pressuposto de um princípio que Butler decerto não afiançaria, antes o teria por a filosófico; e, todavia, penso que algo se pode dizer a seu favor. Seja ele abstractamente defensável ou não, as

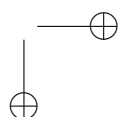
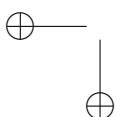




populações católicas não seriam avessas, *mutatis mutandis*, à sua aceitação. Até aos últimos séculos, a Igreja Visível foi, pelo menos para os seus filhos, a luz do mundo, tão conspícua como o sol nos céus; e o Credo foi escrito na sua fonte, proclamado pela sua voz, por um ensinamento tão preciso quanto enfático; de harmonia com o texto, "Quem é ela que surgiu com a aurora, bela como a lua, brilhante como o sol, terrível como um exército em ordem de batalha?" Não foi decerto, em termos estritos, um milagre; mas no seu efeito, e também nas suas circunstâncias, pouco menos foi. Não aceitarei, sem dúvida, que a Igreja falha agora nesta manifestação da verdade, como também não em épocas anteriores, embora as nuvens tenham encoberto o sol; pois o que ela perdeu no seu apelo à imaginação, ganhou-o na pertinência filosófica, pela atestação da sua persistente vitalidade. É, pois, claro que se o aforismo de Paine tem uma força *prima facie* contra o cristianismo, deve tal vantagem aos miseráveis acontecimentos dos séculos XV e XVI.

(3.) Outro conflito dos primeiros princípios ou pressupostos que, muitas vezes, estiveram implícitos em ambos os lados persistiu até aos nossos dias e relaciona-se com o fim e o escopo da sociedade civil, isto é, se a governação e a legislação deviam, ou não, ter um carácter religioso; se o Estado tem uma consciência; se o cristianismo é a lei do território; se o magistrado, ao punir os transgressores, exerce uma função retributiva ou um correctivo; ou se a estrutura total da sociedade assenta na base da expediência secular. A relação da filosofia e das ciências com a teologia é posta em causa. A antiga teoria, honrada pelo tempo, esteve, nos últimos quarenta anos, em colisão com a nova; e a nova está em ascensão.

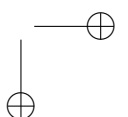
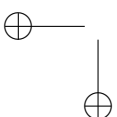
(4.) Outro grande conflito existe dos primeiros princípios, e tal entre os cristãos, que ocupou um amplo espaço na nossa história doméstica, durante os últimos trinta ou quarenta anos, a saber, a controvérsia acerca da Regra de Fé. Assinalo-a como fornecendo o exemplo de um pressuposto tão profundamente radicado na mente popular que é deveras difícil obter dos seus defensores um reco-





nhecimento de que ele é apenas um pressuposto. Que a Escritura é a Regra da Fé é, de facto, um pressuposto tão congénito ao estado mental e ao trajecto do pensamento habitual entre os protestantes que se lhes afigura mais como um truísmo do que como uma verdade. Se discutem com os católicos a propósito de qualquer ponto da fé, imediatamente perguntam, "Onde o encontrais na Escritura?" E se os católicos respondem, como de facto devem, que se não encontra necessariamente na Escritura para ser verdadeiro, então nada os consegue persuadir de que semelhante resposta não é um subterfúgio e um triunfo para eles próprios. Todavia, de nenhum modo é evidente que toda a verdade religiosa se tem de encontrar numas quantas obras, ainda que sagradas, que foram escritas em épocas diferentes, e que nem sempre formam um livro; e, de facto, é uma doutrina muito difícil de demonstrar. De tal modo é assim que, há anos, quando eu a considerava de um ponto de vista protestante e pretendia defendê-la o melhor que podia, fui incapaz de lhe dar uma melhor explicação do que a seguinte, que aqui cito em virtude da sua consonância com o meu presente tema.

"Não interessa", afirmei, ao falar dos primeiros protestantes," se, ou não, lhes aconteceu apenas estarem certos acerca daquilo que, de um ponto de vista lógico, são premissas falsas. Eles não tinham tempo para quaisquer teorias; e exigir teorias ao alcance da mão revela uma ignorância da natureza humana e dos modos como a verdade se descobre no decurso da vida. O senso comum, a sorte, a percepção moral, o génio, os grandes descobridores de princípios não raciocinam. Não têm argumentos, não têm fundamentos, vislumbram a verdade, mas não sabem como a vislumbram. E se, em qualquer altura, tentam demonstrá-la, é como fazer uma experiência com eles, como se tivessem de encontrar o caminho para uma montanha distante, que enxergam com os olhos; e ensarilham-se, embaraçam-se e, possivelmente, são derrotados neste esforço supérfluo. Os homens de segunda categoria, embora muito úteis no seu lugar, é que demonstram, reconciliam, ultimam e explicam.





Provavelmente, o sentimento popular do século XVI viu na Bíblia a Palavra de Deus, como nada mais do que a Sua Palavra, pelo poder de um sentimento forte, por uma espécie de instinto moral ou por um feliz augúrio"³.

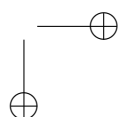
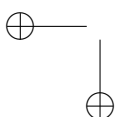
Isto é, considere o pressuposto como um acto do Sentido Ilativo; deverei agora acrescentar, o Sentido Ilativo, operando em elementos erróneos do pensamento.

3. Depois dos aspectos em que uma questão se deve abordar, e dos princípios em que ela se deve examinar, vêm os argumentos pelos quais ela é decidida; entre estes encontram-se as razões antecedentes, que aqui em especial são relevantes, porque são, em grande medida, feitas por nós próprios e pertencem ao nosso carácter pessoal; a elas me irei restringir.

O raciocínio antecedente, quando negativo, é inócuo. Por isso, ninguém dirá que, em virtude de o heroísmo aventureiro de Alexandre ser uma das características centrais da sua história, estamos justificados, excepto na escrita de um romance, a afirmar que, num determinado tempo e lugar, ele se distinguiu por um certo feito a cujo respeito a história guardou silêncio; mas, por outro lado, a sua bravura notória seria quase decisiva contra qualquer ataque a ele dirigido por, em determinado ocasião, ter agido como um cobarde.

De igual modo, o carácter bom consegue destruir a força de censuras mesmo plausíveis. Existe, de facto, um grau de evidência em apoio de uma alegação, contra a qual a reputação não é defesa; mas tem de ser singularmente forte para vencer uma probabilidade antecedente estabelecida que a ela se opõe. Por isso, as personagens históricas ou os grandes autores, homens de carácter elevado e puro, têm sido objecto de imputações, fáceis de fazer, difíceis ou impossíveis de enfrentar, que são calcadas, com indignação, por todos os homens justos e sensatos, como sendo tão anti-sociais quanto inumanas. Não tenho necessidade de acrescentar que pa-

³ *Prophetical Office of the Church*, pp. 347, 348, ed. 1837.

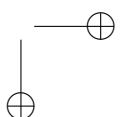
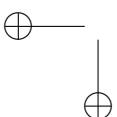




pel cruel e desprezível desempenharia um esposo ou um filho que ouvisse de bom grado uma acusação contra a sua esposa ou o seu pai. Todavia, admitindo tudo isto, persiste um grande número de casos que são intrigantes, e a cujo respeito não podemos harmonizar os reptos de argumentos antagónicos e heterogéneos, excepto mediante a operação penetrante e subtil do Sentido Ilativo.

O argumento de Butler na sua obra *Analogy* é uma requisição deste tipo, usada de modo negativo. Como a objecção é feita contra certas características do cristianismo, ele confronta-a com a presunção a seu favor, derivada das suas comparações como descortináveis na ordem da natureza, argumentando que elas se não dirigem contra a origem divina do cristianismo, a não ser que contradigam também a origem divina do sistema natural. Mas não podia aduzi-la como uma prova positiva e directa da origem divina das doutrinas cristãs de que tinham os seus paralelos na natureza ou, quando muito, como mais do que uma recomendação deles ao inquiridor religioso.

Os descrentes servem-se do argumento antecedente tirado da ordem de natureza contra a nossa crença em milagres. Se, neste ponto, eles pretendem dizer apenas que o facto deste sistema de leis, pelo qual é governada a natureza, torna antecedentemente improvável que nele ocorra uma excepção, não há nenhuma objecção a fazer ao argumento; mas se, como é habitual, pretendem dizer que o facto de uma ordem estabelecida é absolutamente fatal para a genuína noção de uma excepção, servem-se de uma presunção como se ela fosse uma prova. Dizem: o que aconteceu 999 vezes de uma forma não pode, possivelmente, acontecer na milésima vez de outro modo, *porque* o que aconteceu 999 vezes de um modo deve, provavelmente, acontecer da mesma maneira na milésima. Mas, às vezes, ocorrem coisas dissemelhantes. Se, porém, eles pretendem dizer que a ordem existente da natureza constitui uma necessidade física, que uma lei é um facto inalterável, isso é pres-

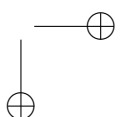
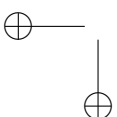


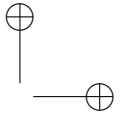


supor justamente o ponto em debate, e é muito mais do que asserir a sua probabilidade antecedente.

Os factos não podem ser demonstrados por presunções; todavia, é notável que em casos onde nada mais forte do que uma presunção se expressou, os homens de ciência actuaram, por vezes, como se considerassem este tipo de argumento, tomado em si mesmo, como decisivo de um facto que estava em discussão. Assim, na controvérsia sobre a pluralidade dos mundos, considerou-se, na base de razões puramente antecedentes, tanto quanto consigo ver, ser tão necessário que o Criador enchesse de seres vivos os luzeiros que vemos no céu, e os outros corpos cósmicos que ali imaginamos, que duvidar de tal quase equivale a uma blasfémia.

As conclusões teológicas, é verdade, foram muitas vezes realizadas na base de raciocínios antecedentes; mas, então, importa lembrar que o raciocínio teológico declara ser apoiado por um poder sobre-humano, e ser garantido por uma autoridade sobre-humana. É, pois, verdade que as conversões ao cristianismo se realizaram, muitas vezes, na base de razões antecedentes; todavia, mesmo admitindo o facto, que não é de todo claro, várias probabilidades antecedentes, confirmando-se umas às outras, podem transformar em dever no juízo de um homem prudente não só agir como se o enunciado fosse verdadeiro, mas, na realidade, aceitá-lo e nele acreditar. Isto encontra-se, com muita frequência, exemplificado no nosso trato com os outros, quando consideramos correcto, apesar das nossas suspeitas, obrigar-nos a acreditar na sua honestidade. E, em todas estas questões delicadas, existe um apelo constante ao exercício do Sentido Ilativo.





* * *

[Nota do Tradutor]

A versão aqui proposta foi elaborada entre 2004 e 2005. As páginas oferecidas neste electro-sítio constituem o Capítulo 9 da obra *Ensaio a Favor de uma Gramática do Assentimento*, de John Henry Newman, editada pela Assírio & Alvim (coleção “Teofanias”), Lisboa, Novembro de 2005.

Agradeço ao Editor e amigo, Manuel Rosa, a amabilidade de ter sugerido e fomentado a reprodução electrónica desta fracção do volume, para que qualquer leitor, na sua cibernavegação, obtenha do escrito de J. H. Newman uma prelibação intelectual e se atreva a enfrentá-lo todo na riqueza dos seus temas, sobretudo no que diz respeito à “persuasão” enquanto evento pessoal.

